

Uma perspectiva orientada ao Território para o Local e-Government

Luis Borges Gouveia,
Universidade Fernando Pessoa

Painel As autarquias na era da informação: o governo electrónico local

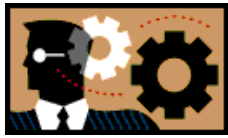
12º CLAD, 2007
Santo Domingo, Republica Dominicana

sumário

- A Sociedade da Informação
- Requisitos da informação
- O digital e o território
- Local e-government
- Territórios inteligentes
- Comentários finais



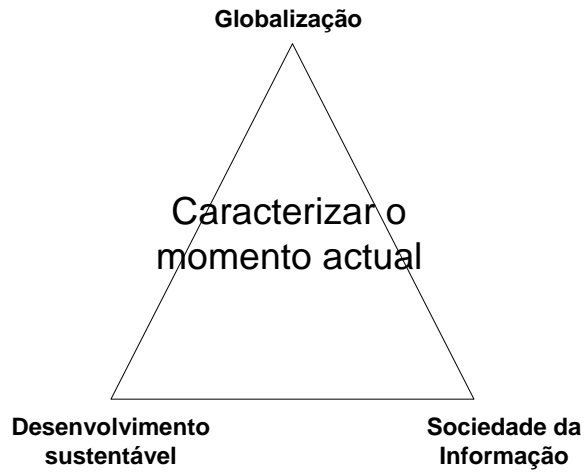
Uma perspectiva orientada ao Território para o Local e-Government
É defendido que o recurso ao local e-government proporciona uma oportunidade de reunir pessoas, território e conhecimento



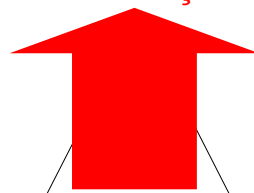
*complexo
dinâmico
imprevisível*



*simples
constante
controlável*



Globalização

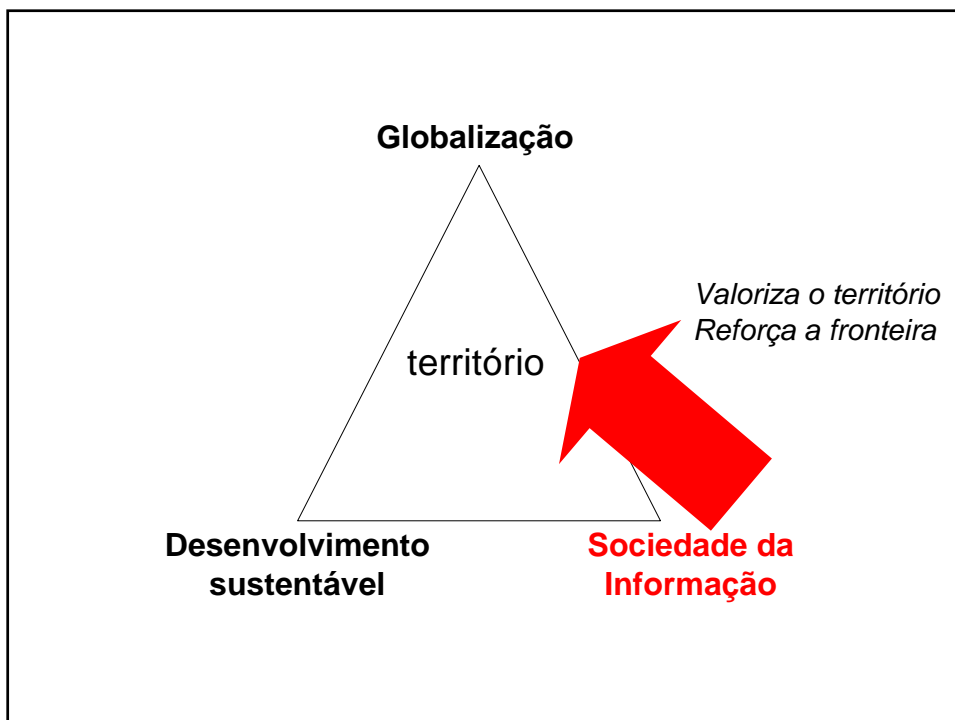
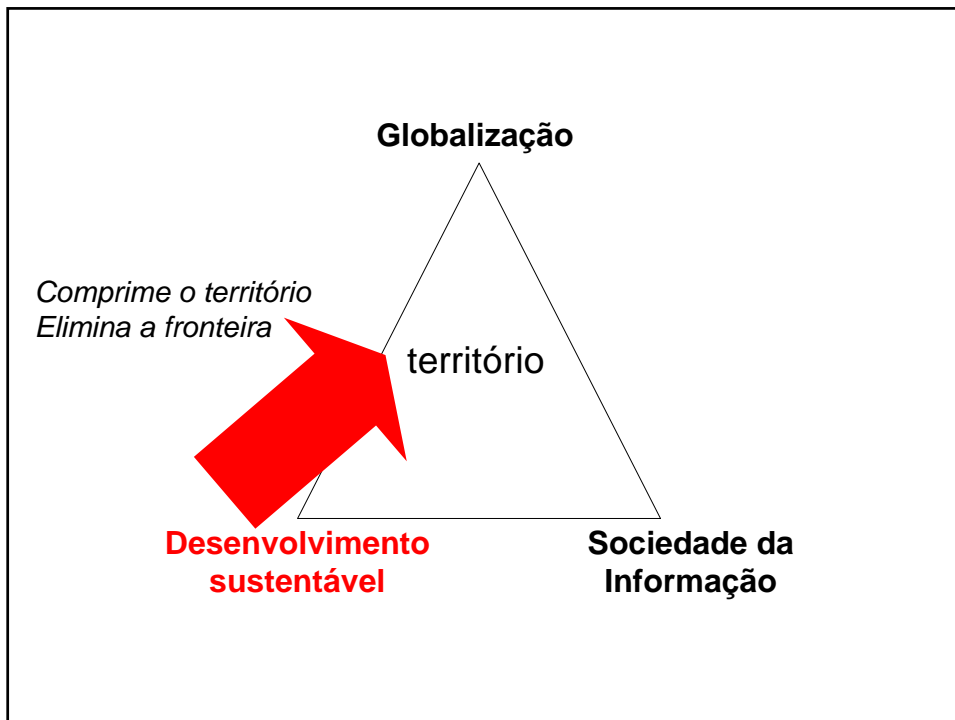


*Expande o território
Aumenta a fronteira*

território

**Desenvolvimento
sustentável**

**Sociedade da
Informação**



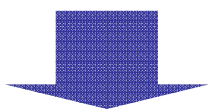
Sociedade da Informação

Uma sociedade que predominantemente utiliza o recurso às **tecnologias** da informação e comunicação para a troca de informação em formato **digital** e que suporta a **interacção** entre indivíduos com recurso a práticas e métodos em **construção permanente** (Gouveia e Gaio, 2004)

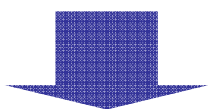


Sociedade da Informação

Uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação



Uso crescente do digital



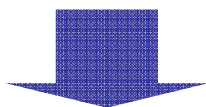
Organização em rede



Sociedade da Informação

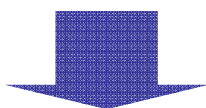
Uso intensivo de tecnologias de
informação e comunicação

infra-estruturas
& acesso



Uso crescente do digital

processos
& formação



Organização em rede

de
comando & controlo
para
partilha & regulação

Informação: requisitos

- A **qualidade da informação**: que seja precisa, completa, concisa e oportuna, de modo a garantir o seu máximo proveito e rigor;
- O **acesso à informação**: garante da igualdade de acesso e da preservação e controlo na sua obtenção;
- O **entendimento da informação**: saber como lidar, compreender e potenciar a sua utilização. Desenvolver as competências para seleccionar, descartar e priorizar a sua utilização;
- A **partilha da informação**: assegurar a partilha e obtenção de informação de forma colectiva. Recorrer a princípios de gestão da informação que sejam compatíveis e normalizados;
- Lidar com o **excesso de informação**: assegurar que a capacidade cognitiva dos indivíduos seja respeitada. Com consequências para a produtividade e saúde de cada indivíduo.

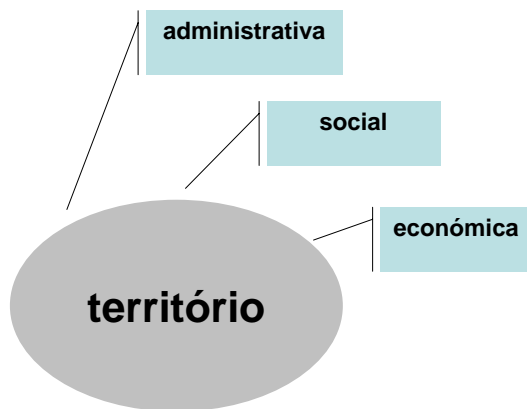
E-government

- áreas de intervenção: três grandes grupos:
 - **e-administração**: melhoria dos **processos** associados ao **funcionamento** do poder político e da Administração Pública;
 - **e-cidadãos e e-serviços**: interligação entre cidadãos e empresas, por **oferta de valor e serviços**;
 - **e-sociedade**: desenvolvimento e construção de interações externas ao poder político e Administração Pública. Associados à **participação pública e cidadania**.

E-participação

- **e-participação** pode ser incrementada recorrendo a tecnologias de informação e comunicação:
 - aumento de **informação útil** para o processo de consulta e para a tomada de decisão;
 - melhoria da capacidade individual de **consulta e acesso à informação**;
 - influencia a **tomada de decisão** por facilitar a participação dos cidadãos nas interações C2G e G2C
 - potencial de **participação pública** e reinvenção da recolha de opinião e vontade popular, em tempo e em assunto.

Fronteiras & e-government

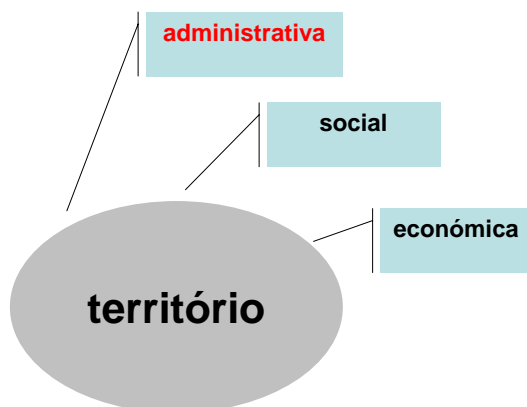


fronteiras:

- mudam e são dinâmicas
- diferentes
- dependentes

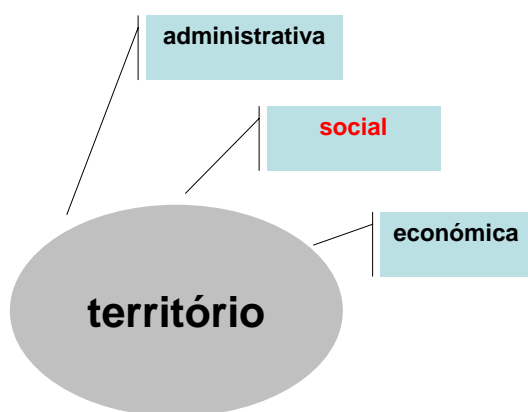
- *O e-government ajuda?*

Fronteiras & e-government



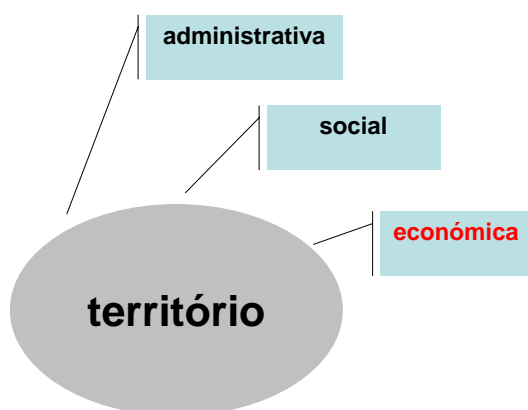
- **mediação electrónica e proximidade**

Fronteiras & e-government



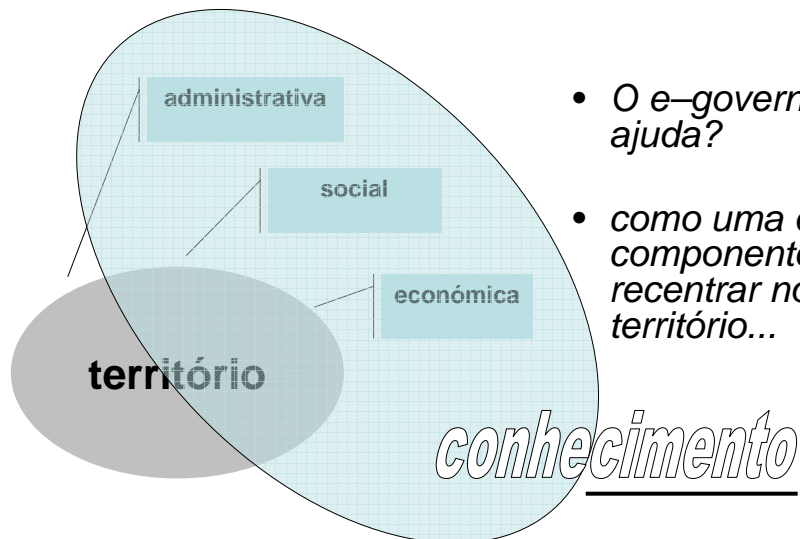
- participação e cidadania

Fronteiras & e-government



- interacção e partilha

Fronteiras & e-government



- *O e-government ajuda?*
- *como uma das componentes do recentrar no território...*

Territórios inteligentes

- O digital possui **forte impacto** no modo como se pode manipular, tratar, representar e reutilizar informação
- A informação toma um **aspecto dual** de **matéria-prima**, mas também de **valor** de troca
- A informação disponível sobre a actividade do território permite melhorar o **dimensionamento** de recursos, a **resposta a solicitações** e o **planeamento**
- Resolver a questão de **obtenção da informação sobre a actividade do território** (garantindo a sua recolha, tratamento e integração) é uma actividade **ambiciosa e gigantesca**

Territórios inteligentes

- Um **território inteligente** é aquele que auxilia também na recolha e organização da informação, a qual resulta da actividade que concentra
- A **informação** obtida possui uma associação com o local onde ocorre, potencialmente **geo-referenciável**
- Indivíduos e organizações **geram e produzem**, mas também **capturam** informação seguindo um contexto limitado pelo **prática regulada**
- De um território que **conhece e acede à sua própria informação** enquanto imagem dos seus padrões de actividade e das interacções que ocorrem no seu espaço geográfico, verifica-se um **potencial ainda por explorar**

Territórios inteligentes

- Por exemplo, a **capacidade de avaliar o impacto** de medidas de distribuição de tráfego na semana seguinte à sua ocorrência e comparar com séries de dados anteriores, avaliando alternativas **rapidamente** e de forma mais **eficaz e participada**
- Seria interessante que a gestão do território tivesse alternativas para, em alguns casos, ter adicionalmente uma lógica semelhante à que superintende uma **bolsa de valores**, onde **valor e realidade são dinâmicos e inter-relacionados**
 - Em múltiplas áreas, permite seguir critérios de racionalidade ou de opções políticas mais fundamentadas e documentadas

Comentários finais

- A **articulação do território com os seus actores**, a partilha de informação e a incorporação nas actividades no seu dia a dia, mesmo no digitais, **POR SI SÓ, não asseguram** a recolha e integração da informação relevante
- É necessário uma **nova perspectiva** para construir um território inteligente (desafio para o *local e-government*)
- Assim, **o local e-government é necessário, mas não suficiente**:
 - necessária uma **visão que agregue as pessoas e o próprio território** com as suas respectivas características (**conhecimento**)

Resumo da comunicação – 31 de Outubro de 2007 12ª CLAD – Santo Domingo, Republica Dominicana

Uma perspectiva orientada ao Território para o Local e-Government

- *As ideias associadas com o e-government local tem sido desenvolvidas e melhoradas ao longo da última década. A qualidade das abordagens e serviços já existentes, permitiram o alcançar da satisfação das expectativas iniciais e potenciam maiores ambições. Uma das direcções viáveis para a melhoria da qualidade do e-government local é o relacionar a informação disponível como parte do conhecimento sobre o território e considerar o seu uso impondo duas características: a sua georeferenciação e o seu uso em tempo real. Esta visão, embora não possível neste momento, pode constituir uma direcção de trabalho que proporcione um leque de possibilidades e serviços que se pretendem discutir neste texto.*
- *Como resultado, o autor defende que uma visão em que seja possível lidar com informação gerada e utilizável sobre o território, potencia tanto a economia como os seus recursos humanos, bem como possibilita o desenvolvimento do conceito de território inteligente. No decurso desta discussão, uma breve introdução das implicações desta visão para o e-government local é realizada.*

Nota Biográfica Luis Borges Gouveia

homepage: <http://www.ufp.pt/~lmbg>
blogue: <http://lmbg.blogspot.com>
email: lmbg@ufp.pt



Possui Doutoramento em Ciências da Computação (University of Lancaster, UK), o Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores (FEUP, PT), e Licenciatura em Informática, Matemáticas Aplicadas (UPIH, PT).

Esteve envolvido com projectos na área da Sociedade da Informação, desde o meio da década de 90 e foi um dos conceptores do projecto Gaia Global, o projecto de cidades digitais para o concelho de Vila Nova de Gaia, uma região com cerca de trezentos mil habitantes.

Actualmente é Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa e os seus interesses de investigação e desenvolvimento estão relacionados com o uso das tecnologias de informação e comunicação num contexto de sociedade da informação, em particular na sua aplicação ao e-government e ao e-learning. É também um dos co-responsáveis pela iniciativa de Universidade Virtual da Universidade Fernando Pessoa University, que engloba o desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem colaborativo, denominado Sakai e que é uma iniciativa global de desenvolvimento em comunidade aberta.